



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0004817-39.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **PATRICIA RAFAEL CARRENO GARCIA MOLINA**  
 Requerido: **Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter comprado um computador portátil, ajustando ainda com a ré um contrato de garantia estendida.

Alegou também que dentro desse prazo o produto apresentou problema da dobradiça, mas a ré assentou que o mesmo decorreu de sua má utilização, além de outros que especificou.

As preliminares suscitadas em contestação não merecem acolhimento.

O processo transparece à evidência como instrumento útil e necessário para que o autor alcance o objetivo que busca, figurando aí o interesse de agir.

De outra parte, a realização de perícia é desnecessária ao desfecho do processo, como adiante se verá.

Rejeito as prejudiciais arguidas, pois.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

No mérito, a postulação da autora prospera.

Com efeito, reputo que inexistente base sólida para amparar a conclusão estabelecida no documento de fl. 37 porque o computador, ao dar entrada na assistência técnica, não ostentava "*nenhum vestígio de queda ou batida*" (fl. 10).

Isso indica que há no mínimo dúvida consistente sobre a propalada má utilização do bem por parte do autor quanto ao problema específico de sua dobradiça.

Como se não bastasse, consta do relato exordial que o botão de liga/desliga deixou de funcionar e que a tela do aparelho começou a descolar.

Para dirimir as dúvidas a esse propósito, foi expedido mandado de constatação e na certidão de fl. 55 restou positivado que nem todas as teclas do respectivo teclado funcionavam regularmente (exemplos disso foram explicitados, inclusive), bem como que a moldura da tela estava quebrada no canto inferior esquerdo.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à convicção de que o computador em apreço efetivamente apresentou problemas de funcionamento durante o período de garantia estendida contratada junto à ré (que ainda não se esgotou, vale lembrar) que não foram reparados no trintídio.

Nada de concreto, outrossim, demonstra que todos os problemas tenham decorrido de má utilização do equipamento por parte da autora, não tendo a ré amealhado dados consistentes nesse sentido.

Bem por isso, é de rigor a aplicação ao caso da regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC, prosperando no particular a restituição do valor despendido pela autora para a aquisição do objeto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.099,00, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2013 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse da autora; decorrido tal prazo in albis, poderá a autora dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

P.R.I.

São Carlos, 11 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**